



POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E O ENSINO DE (PLA) PORPTUGUÊS COMO LÍNGUA ADICIONAL NA GUINÉ-BISSAU.

Alfredo Có¹

Unico Vieira Có²

Douglas Wigner Brasil Maia Coutinho³

Camila Maria Marques Peixoto⁴

RESUMO

As políticas linguísticas demonstram um papel central na organização das línguas em sociedades multilíngues, especialmente em países africanos, como a Guiné-Bissau, onde coexistem línguas nacionais, língua guineenses (crioulo) e o português. Segundo Calvet (2007), a política linguística pode ser compreendida como o conjunto de escolhas feitas por Estados ou instituições em relação ao uso, ensino e valorização das línguas. No contexto guineense, o português tem a posição de língua oficial, herdada da colônia portuguesa, mas seu uso dia a dia nas ruas é restrito, sobretudo fora dos espaços institucionais e educacionais. Nessa perspectiva, o ensino do português como língua adicional (PLA) surge como um desafio. Bagno (2012) vem destacando que as práticas de ensino da língua não podem simplesmente se resumir a uma visão normativa, mas devem considerar a realidade sociolinguística dos falantes. Isso significa reconhecer que os estudantes guineenses têm como referência inicial o crioulo guineense e outras línguas nacionais, o que exige metodologias que respeitem essas diversidades linguísticas e promovam a inclusão. Assim, o ensino do português na Guiné-Bissau deve articular-se à política linguística nacional, contemplando tanto a necessidade de garantir acesso ao português língua de prestígio e mobilidade social quanto a valorização das línguas locais. Tal abordagem pode favorecer não apenas a aprendizagem efetiva, mas também a construção de uma identidade linguística plural e consciente. No entanto este trabalho, de cunho bibliográfico vem destacando essa relevância de incorporar a cultura guineense no ensino do português como língua adicional, (PLA) uma vez que essa valorização enriquece a aprendizagem e fomenta uma inclusão educacional mais efetiva. Pois é importante destacar que a política linguística não se limita à normatização oficial da língua, mas envolve também práticas sociais, escolhas pedagógicas e políticas públicas que influenciam diretamente a aprendizagem. No caso Guiné-Bissau, a ausência de um planejamento linguístico consistente que integre o português e as línguas locais resulta em um ensino desagradado e, muitas vezes, pouco eficaz. Portanto, a análise da política linguística e do ensino do português como língua adicional (PLA) no país permite compreender os desafios e as possibilidades de um sistema educacional que busca concordar com a tradição, identidade e modernidade. Trata-se de um campo que demanda investimentos na formação docente, produção de materiais contextualizados e desenvolvimento de políticas inclusivas que reconheçam a realidade multilíngue do país, porque a política linguística e o ensino do português como língua adicional (PLA) na Guiné-Bissau estão interligados, pois, o modo como o Estado e as instituições educativas lidam com a diversidade linguística impacta diretamente o sucesso do processo de ensino-aprendizagem. A superação de uma visão homogênea da língua portuguesa, conforme defendem Calvet (2007) e Bagno (2012), é essencial para a consolidação de práticas pedagógicas mais democráticas e eficazes.

Palavras-chave: Política linguística; português como língua adicional; Ensino; Guiné-Bissau.

ILL - Instituto de Linguagens e Literaturas, Palmares, Discente, alfredojoaoco@aluno.unilab.edu.br¹

ILL - Instituto de Linguagens e Literaturas, Palmares, Discente, univieira70@gmail.com²

Linguagens e códigos, EEMTI de Brunilo Jacó, Docente, douglaswignerbrasil@gmail.com³

ILL - Instituto de Linguagens e Literaturas, Palmares, Docente, camilapeixoto@unilab.edu.br⁴